

Nota Contra o Reordenamento do Instituto Federal Trabalhadores e apoiadores da Rede Federal - Campinas

O Ministério da Educação (MEC) apresentou, no último dia 30 de Agosto de 2021, uma proposta de reordenamento dos Institutos Federais. A proposta prevê a criação de mais 10 institutos federais no Brasil. Essa nota tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre essa iniciativa.

1. É surpreendente que o atual governo federal tenha pautado novamente esse assunto. Surpreendente pois, esse governo tem, reiteradamente, atuado com cortes orçamentários para os Institutos Federais e agora apresenta uma proposta de ampliação de reitorias.
2. Há legitimidade nas discussões acerca do melhor arranjo administrativo e logístico em relação ao tamanho e complexidade dos institutos. Entretanto, esse argumento é mais uma movimentação para diluir os reais propósitos da iniciativa do Governo Federal. A proposta apresentada pelo MEC não aumenta nenhuma vaga de ensino nos institutos, ou seja, é simplesmente a criação de 10 novas estruturas administrativas que vai onerar os cofres públicos em 80 milhões de reais por ano. Com um orçamento de 2022 limitado pelo teto de gastos é possível que as escolas sejam penalizadas, ainda mais, com cortes orçamentários para manter as novas reitorias. Na reunião, conduzida pelo MEC, não foram apresentados dados orçamentários nem projeções financeiras e de pessoal sobre como o reordenamento da Rede Federal proposto se traduzirá em melhorias para o desenvolvimento das instituições.
3. Só em 2021, o IF Campinas precisou discutir, duas vezes, cortes no seu orçamento. Houve a necessidade de corte de bolsas dos estudantes para se manter dentro do orçamento definido pelo MEC.
4. A criação de 10 novos IFs permitirá que o MEC indique 10 novos reitores. Sabendo da forma como esse governo trata a educação, os novos reitores devem ter um alinhamento com essa política. E essa política, a nosso ver, tem precarizado a educação no país. Além disso, é uma política de exclusão. Basta ver a declaração do ministro da educação de que a universidade deve ser para poucos. Para complementar, esse mesmo ministro, disse que é impossível a convivência de crianças com algum grau de deficiência nas salas de aula. Indo contra o programa de inclusão social.
5. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) ressalta que “existe um conjunto de instituições ainda sem sede própria para suas reitorias e passando por sérias dificuldades nos últimos anos em decorrência da redução do seu orçamento, carecendo da consolidação das unidades em implantação, mediante complementação do quadro de pessoal, com a nomeação de novos professores e técnico-administrativos em educação, assim como a revisão do seu orçamento de custeio e de investimento, os quais têm sofrido cortes, no

contrapasso do aumento na oferta de matrículas.” Não seria um contrasenso aportar 80 milhões para a criação de novas reitorias com tantas demandas educacionais nas escolas?

6. O IFSP sempre se pautou pela inclusão de todas e todos em suas escolas. Apoiar esse reordenamento é fortalecer um governo que não zela por uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada, pilares na criação dos IFs.
7. Entendemos as dificuldades administrativas que algumas reitorias enfrentam tendo um número excessivo de escolas para dar suporte levando em conta questões como distanciamento geográfico, identidade local, questões culturais etc. No entanto, não podemos apoiar uma iniciativa oportunista para suprir essa necessidade.
8. Uma proposta que altere de forma substancial a organização dos IFs deve ser debatida amplamente com a comunidade antes de ser colocada em prática, pois corremos o risco de cometer inúmeros equívocos nesse processo. Portanto, há que se questionar também o método utilizado pelo MEC que nem mesmo fez uma consulta ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Além disso, é prática comum desse governo nomear interventores para instituições federais indo de forma contrária à prática democrática dos IFs.
9. Além disso, a abertura dessa discussão coloca a Lei de Criação dos IFs (Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008) em risco. Lei essa que já sofre ataques constantes de grupos bolsonaristas que buscam descaracterizar o projeto de sucesso da Rede Federal, querem a sua modificação com alterações que descaracterizam a rede federal, tais como, o PL 1.453/2021 apensado ao PL 4.994/2019 ambos de autoria do Deputado Federal Cezinha de Madureira, que altera os balizadores de ofertas de curso do Artigo 8º e a eleição de reitores e diretores de campus (Artigos 12º e 13º) da Lei de Criação dos Institutos Federais. O projeto, praticamente, elimina o Ensino Médio Integrado ocupando em seu lugar cursos na modalidade concomitante e subsequente, mais rápidos e superficiais.
10. Acreditamos que esse processo não pode ser feito de forma açodada e que requer um amplo debate com a comunidade do Institutos Federais e com a sociedade. Precisamos de espaços com debates e coletas de ideias.
11. Como bem caracteriza a Reitora Luiza Mota do IFBA - *“não se trata estritamente de uma proposta de caráter técnico. É uma mudança estrutural que impacta em questões acadêmicas, envolve uma dimensão regional que não foi avaliada e tem uma dimensão política evidente. A proposta apresentada pelo MEC pode gerar, equivocadamente, a sensação de que estão sendo criadas novas instituições, mas, na verdade, não há criação, do ponto de vista no número de matrículas, campi, nem novas estruturas; há um desmembramento de estruturas já existentes e são apenas criadas reitorias”*.
12. Dessa forma, as pessoas que assinam essa nota se colocam contra o processo de reordenamento, reivindicam que a reitoria considere os argumentos apresentados, não

se atenha ao tempo gerencial e antidemocrático presentes no método de “consulta” propostos pelo Governo Federal e, por fim, potencialize os espaços coletivos de debate organizando uma assembleia com a comunidade acadêmica do IFSP.

Apoios da comunidade do IF Campinas

André Luís Bordignon	Professor do IF Campinas
Jean Douglas Zeferino Rodrigues	Professor do IF Campinas
Estela Pereira Batista	Professora do IF Campinas
Márcio André Miranda	Professor do IF Campinas
Noemy Seraphim Pereira	Professora do IF Campinas

Apoios externos

Marília Franceschinelli de Souza	Professora do IF Hortolândia
----------------------------------	------------------------------